



Número da nota	4587
----------------	------

21/12/2023 11:37:25

21/12/2023 11:37:25

GQUYAJ0EP

Site: www.orc.com.br



0,00

Valor líquido = R\$ 1.000,00

0,00

Verificar autenticidade

COMBUSTÍVEIS DO FUTURO, MAIS PRESENTES – E NECESSÁRIOS - DO QUE NUNCA

Por Deputado Arnaldo Jardim



Há anos ouvimos, cada vez mais, sobre as mudanças climáticas e a urgência com que as nações devem adotar medidas efetivas para mitigar os efeitos nocivos das mudanças climáticas que impactam o meio ambiente, a economia, a saúde das pessoas e a sociedade de maneira geral. Um dos caminhos é a descarbonização dos transportes por meio da substituição gradual dos combustíveis fósseis.

"Fui designado relator do Projeto de Lei 4516/2023, que cria o Programa Combustível do Futuro, reafirmando o compromisso do Brasil com a redução das emissões dos Gases de Efeito Estufa. O Objetivo da proposta é acelerar nossa transição para uma mobilidade de baixo carbono." afirmou...

Dentre as ações do programa, estão o aumento da mistura de etanol na gasolina, de 27,5% para 30%; o incentivo à produção e utilização de Combustível Sustentável de Aviação (SAF) e de Diesel Verde; além da regulamentação dos Combustíveis Sintéticos.

Recentemente, apresentei o PL 5174/23, que institui o Programa de Aceleração da Transição Energética – PATEN, cujo objetivo é expandir a infraestrutura voltadas ao desenvolvimento sustentável, utilizando

os Créditos Tributários e o instrumento da Transação Tributária.

Pela proposta, os créditos tributários e os precatórios que pessoas jurídicas possuem perante a União serão integralizados em um fundo de aval, o Fundo Verde. Uma modalidade de garantia para empresas que tenham interesse em implementar projetos de desenvolvimento sustentável possam acessar linhas de crédito com taxas de juros mais atrativas. De acordo com a Receita Federal, os créditos somam cerca de R\$ 800 bilhões.

Diferente do resto do mundo, cuja matriz energética é predominantemente fóssil, o Brasil, tem investido, desde a década de 1970, no aumento da participação das fontes renováveis em sua matriz. Um esforço que nos levou a injeçáveis 48,4% de energia limpa frente a, apenas, 15% da média mundial.

No setor de transportes, por exemplo, quase 50% da gasolina comercializada no País é substituída pelo etanol, que reduz as emissões de CO₂ em até 90% quando comparado ao combustível fóssil. Com o programa do biodiesel, deixamos de consumir 47 bilhões de litros do diesel, evitando a emissão de 82 milhões de toneladas de CO₂. Portanto, em vez de transição energética, o termo correto para o Brasil seria “consolidação da renovabilidade da nossa matriz”.

Outra iniciativa que ajudará o País a consolidar sua vocação para a produção de energia renovável é o Marco Legal do Hidrogênio de Baixo Carbono, que está sendo elaborado pela Comissão Especial de Transição Energética e Produção de Hidrogênio Verde, da qual sou presidente.

O Brasil pode ser vanguarda da nova economia, da Economia Verde, da Economia de Baixo Carbono. Com ações e medidas efetivas podemos ostentar esse título que, com certeza, alavancará de forma decisiva o desenvolvimento do nosso país.

Arnaldo Jardim é deputado federal, presidente da Comissão Especial de Transição Energética e Produção de Hidrogênio, vice-presidente da Frente Parlamentar Agropecuária e, também, presidente da Frente Parlamentar Pelo Brasil Competitivo